

# AÇÕES

**Municípios fiscalizam orçamento destinado a crianças e adolescentes**  
PÁG 05

**Prefeituras negam informações sobre gastos com festas**  
PÁG 06

Foto meramente ilustrativa



EDITORIAL

Ter acesso às informações orçamentárias, por mais que seja um direito da sociedade e uma obrigação dos gestores públicos, ainda é uma realidade controversa. É o que demonstra esta edição do Ações\$, onde a matéria intitulada "Promoção de festividades com dinheiro público: Qual o tamanho da conta?" constata a manutenção de atitudes antidemocráticas e pouco transparentes por parte dos gestores públicos de quatro municípios (Feira Nova, Serra Talhada, Salgueiro e Ouricuri), numa clara demonstração de descumprimento de vários preceitos constitucionais. Atitudes como essas não podem ser desconsideradas e passar em brancas nuvens, precisamos mostrar nossa indignação com tais atitudes.

Nesse sentido, o CCLF conclama os fóruns e articulações da sociedade, bem como os poderes encarregados de fiscalizar e controlar os recursos públicos e fazer cumprir as leis (Câmaras de Vereadores, Tribunal de Contas e Ministério Público), para que os mesmos se mobilizem para que as prefeituras desses municípios obedeçam aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal), bem como para garantir a determinação constitucional (art. 37) de que "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral ...".



# Conferências Nacionais: mais do que oportunidade de participar!

Em 2005 serão realizadas diversas conferências nacionais (conferir box ao lado). Mais o que significa conferência? Os dicionários definem a expressão *conferência* com vários significados. Dentre estes, como ato ou efeito de conferir. É a reunião de representantes ou delegados para discutirem problemas, definição de ações, de estratégias e encontrar caminhos. Tem relação direta com comparação, confrontação e a verificação entre a realidade e as alternativas a serem construídas e efetivadas.

Conferência é um momento que tem total relação com participação política e o exercício prático de cidadania. Serve para prestação de contas do realizado e apresentar as explicações para o não realizado. É uma oportunidade para exercitar e fazer o controle social.

Durante o ano de 2005, serão realizadas seis conferências nacionais: Criança e Adolescente, Cidades, Assistência Social, Promoção da Igualdade Racial e Pessoas com Deficiência. Todas ocorrem em três etapas (municipal, estadual e nacional) e visam fazer balanços avaliativos e construir proposições para cada segmento. Conselhos envolvidos, o Poder Público e entidades da sociedade civil.

A obrigação de convocação e de estabelecer as orientações gerais é de competência dos Conselhos Nacionais, cabendo aos Conselhos Estaduais e Municipais a organização das etapas específicas. Estes devem fazer as adequações, considerando as especificidades locais. Contudo é importante que considerem as diretrizes nacionais.

Procure o Conselho de seu município ou do seu Estado e obtenha as informações (calendário, objetivos traçados localmente, formas de participação etc.). Lembrem-se o Conselho (Nacional, Estadual e Municipal) tem o dever de organizar e fazer acontecer a Conferência no seu âmbito. Os municípios e estados devem realizar suas etapas, possibilitando a construção local e contribuindo efetivamente com a etapa nacional.

## Organizando a participação social

Em seu município e no seu estado é preciso que as organizações da sociedade civil estejam organizadas para participar com qualidade e intervir para que as decisões sejam tomadas num processo de explicitação dos conflitos e das necessidades de cada segmento.

Um bom caminho é promover reuniões prévias das articulações da Sociedade Civil (fóruns, redes) para organizar a participação popular nas diferentes conferências, identificando os principais problemas e o que é consenso para apresentar como proposições construídas coletivamente. O segredo é *construir junto!* É um bom momento para se debruçar sobre as leis orçamentárias e identificar em que medida as deliberações das conferências anteriores foram incorporadas quando das revisões dos PPAs (Planos Plurianuais), da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e da LOA (Lei Orçamentária Anual). Saber quanto esta sendo orçado. Saber quanto e em que efetivamente tem se investido na garantia dos direitos através das políticas públicas.

## As Conferências e o Orçamento Público

Os resultados das conferências (deliberações) devem ser pensados e aprovados na perspectiva de serem incorporados as peças orçamentárias PPA, LDO e a LOA dos governos Federal, Estadual/Distrital e Municipal, pois não se implementa políticas e nem se efetiva direitos sem recursos públicos. É conveniente que em cada âmbito (municipal, estadual e nacional) sejam definidas ações e estratégias que sejam possíveis de serem negociadas dentro do orçamento. Aqui é fundamental saber escolher as prioridades específicas e lembrar que orçamento é um processo sistemático e que acontece anualmente.

Todos os municípios brasileiros devem elaborar, em 2005, seus planos plurianuais para o período 2006-2009. Maiores informações, consultar o Ações do trimestre janeiro-março de 2005.



# Informações gerais sobre as Conferências Nacionais

Conferências	Alguns destaques	Mais Informações
VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Etapas: A etapa municipal, até 18 de julho, estadual até 17 de outubro e a nacional de 12 a 15 de dezembro de 2005, em Brasília.</li><li>2) Participação: 1.069 delegados, sendo pelo menos 220 adolescentes, além de outros convidados.</li><li>3) Tema: Participação, Controle Social e Garantia de Direitos por uma Política para a Criança e do Adolescente.</li><li>4) Temas Específicos: a) O papel da Sociedade e do Estado na formulação, execução e monitoramento de uma política para criança e adolescente; b) A Participação Social na Elaboração, Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Público; c) A Participação Social na promoção da igualdade e valorização da diversidade: gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional.</li></ol>	<p><a href="http://www.presidencia.gov.br/sedh/conanda">www.presidencia.gov.br/sedh/conanda</a> <a href="mailto:conanda@sedh.gov.br">conanda@sedh.gov.br</a></p> <p>Fones: (61) 429-3525 e 225-2327.</p>
V Conferência Nacional de Assistência Social	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Etapas: Municipal até 31 de julho, Estadual até 30 de outubro e a nacional de 06 a 08 de dezembro de 2005, em Brasília.</li><li>2) Participação: 1.000 delegados, sendo 54 da esfera estadual e os demais da municipal.</li><li>3) Tema: SUAS Plano 1º: Estratégias para a Implementação da Política Nacional de Assistência Social.</li></ol>	<p><a href="http://www.mds.gov.br">www.mds.gov.br</a> <a href="mailto:Claudia.sabóia@mds.gov.br">Claudia.sabóia@mds.gov.br</a></p> <p>Fones: (61) 317-5553/5554/5585/5185</p>
II Conferência Nacional das Cidades	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Etapas: A etapa municipal, até 31 de julho, a estadual até 02 de outubro e a nacional dias 30 de novembro e 1, 2, e 3 de dezembro de 2005, em Brasília.</li><li>2) Participação: 2.571 delegados, sendo 71 do Conselho Nacional das Cidades, 250 indicados pelo Governo Federal e Congresso Nacional, 561 delegados indicados das entidades nacionais e 1.689 delegados eleitos pelas conferências estaduais.</li><li>3) Tema: Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.</li><li>4) Lema: Reforma Urbana: Cidade para Todos.</li><li>5) Temas: a) Participação e Controle Social; b) A Questão Federativa; c) Política Urbana Regional e Metropolitana; d) Financiamento do Desenvolvimento Urbano.</li></ol>	<p><a href="http://www.cidades.gov.br">www.cidades.gov.br</a> <a href="mailto:conselho@cidades.gov.br">conselho@cidades.gov.br</a></p> <p>Fone: (61) 2108-1641</p>
I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Etapas: A etapa Nacional será de 30 de junho até 02 de julho de 2005, em Brasília.</li><li>2) Participação: 1.000 delegados e convidados.</li><li>3) Tema: Participação, Controle Social e Garantia de Direitos por uma Política para a Criança e do Adolescente.</li><li>4) Enfoques: a) Reflexão sobre a realidade brasileira; b) A discriminação racial pós-escravidão; c) As desigualdades raciais no Brasil; d) Avaliação das Ações e Políticas Públicas desenvolvidas para a Promoção da Igualdade Racial; e) Proposição de Diretrizes e Ações Prioritárias para elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.</li></ol>	<p><a href="http://www.presidencia.gov.br/seppir">www.presidencia.gov.br/seppir</a> <a href="mailto:seppir@planalto.gov.br">seppir@planalto.gov.br</a></p> <p>Fones: (61) 411-3610</p>
I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Etapas: A etapa municipal, até 13 de setembro de 2005 e a estadual até 17 de 31 de janeiro de 2006 e a nacional em abril de 2006.</li><li>2) Participação: 1.000 delegados, sendo 76 do Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora), 94 convidados e 830 oriundos dos estados.</li><li>3) Temas: a) Saúde (prevenção, reabilitação, saneamento, meio ambiente); b) Educação, Arte e Cultura; c) Trabalho; d) Transporte; e) Acessibilidade arquitetônica e urbanística; f) Informação e Comunicação (visibilidade das PCD Pessoas com Deficiência).</li></ol>	<p><a href="http://www.presidencia.gov.br/sedh/conade">www.presidencia.gov.br/sedh/conade</a> <a href="mailto:conada@sedh.gov.br">conada@sedh.gov.br</a></p> <p>Fone: (61) 429-9219</p>
II Conferência Infância-Juvenil pelo Meio Ambiente.	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Etapas: Conferências Estaduais (nas escolas) entre os meses de junho e setembro e a Nacional em dezembro de 2005, no Distrito Federal.</li><li>2) Participação: Cerca de 600 delegados e delegadas de todo Brasil.</li><li>3) Tema: A Popularização de Acordos Internacionais sobre Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Segurança Alimentar e Raça.</li></ol> <p>Haverá a distribuição do documento "Passo a passo para a Conferência" para todas as escolas de ensino fundamental da rede pública.</p>	<p><a href="mailto:conferenciainfancia@mec.gov.br">conferenciainfancia@mec.gov.br</a></p> <p>Fone: (61) 2104-6142</p>

**Nota:** Quando do fechamento da presente edição circularam informações sobre a realização da Conferência Nacional da Cultura e da realização de seminários Regionais, Estaduais e Nacional, a ser organizado pelo CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social).

**Lembrem-se:** as deliberações das conferências precisam ser inseridas dentro do orçamento público!

**Fiquem atentos!** A etapa municipal tem entre outras obrigações eleger os delegados para a fase seguinte, a conferência estadual. Esta por sua vez tem como uma das finalidades a eleição da delegação de cada estado que vai participar da Conferência Nacional. É necessário conhecer os critérios específicos para cada uma das Conferências que serão realizadas em 2005.



## De olho no Orçamento Participativo

Salgueiro e Serra Talhada estão vivenciando novos momentos de diálogo com a gestão municipal. As duas prefeituras municipais estão colocando em prática modelos de orçamento participativo.

Em Salgueiro, integrantes do Fórum estão acompanhando todas as etapas. Já foram realizados encontros em áreas do município, das quais foram eleitos delegados. Agora, o próximo passo é definir as prioridades. "O Fórum é um ator importante nesse processo porque estamos discutindo participação popular na gestão pública há um certo tempo. Agora, é a vez de vivenciarmos uma nova forma de intervir", reflete Helena Ferreira, do Fórum.

Em Serra Talhada, Carlos Silva, do Fórum para Democratização do Orçamento Público, acrescenta que está é mais uma demanda para este ano. "Ainda estamos analisando os encontros e o regimento para conhecer a proposta da Prefeitura", finaliza.

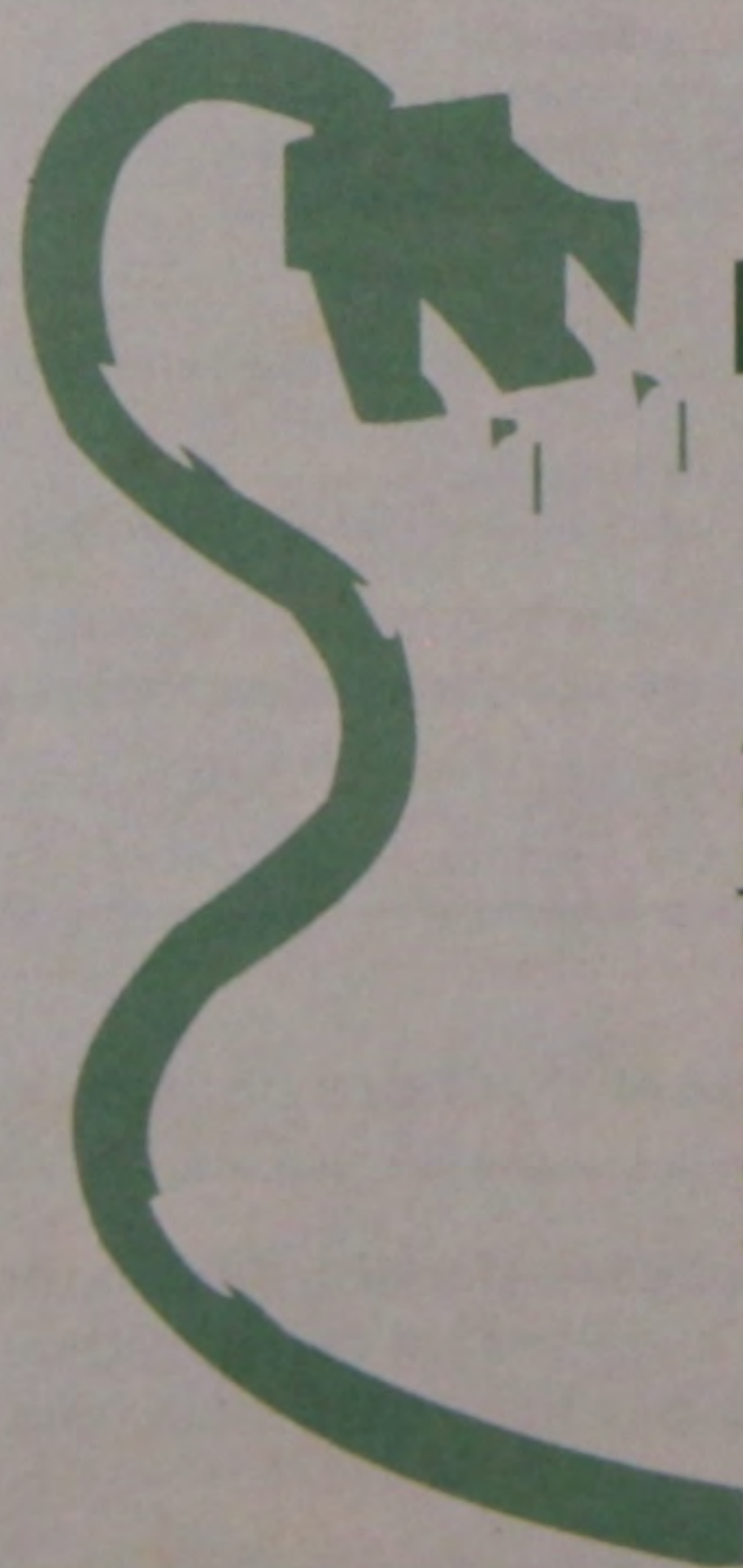
## FÓRUNS DE ORÇAMENTO PÚBLICO DISCUTEM PLANO PLURIANUAL

Todos os municípios estão em fase de elaboração do Plano Plurianual. É o momento de o Executivo planejar as ações prioritárias para quatro anos. Por isso, é importante que neste momento de elaboração do PPA sejam consideradas às demandas trazidas pela sociedade. As formas de diálogo são as mais diversas: audiências, seminários, encontros.

Os Fóruns de Orçamento Público nos municípios de Pernambuco estão realizando algumas ações para intervir nesse processo, como por exemplo, articulando a sociedade para participar desse momento; aproximando as idéias com os conselhos setoriais; estudando a peça orçamentária elaborada no ano passado e deliberações das conferências. "Consideramos esse momento estratégico por estar pensando o município para quatro anos. Estamos discutindo as prioridades. Quando finalizarmos o nosso papel nesse campo, iremos pensar nas estratégias para a LDO", esclarece Rita Claudia, do Fórum de Orçamento Público de Ouricuri.

Em Feira Nova, o Fórum apostou na realização de um seminário aberto ao público. "O Fórum da Cidadania preparou o primeiro seminário: Participação Cidadã nas Políticas Públicas de Feira Nova, no dia 08 de julho, às 8h30 às 12h. Convidamos representantes do Executivo, Legislativo e Ministério Público. Em relação especificamente ao PPA, aprofundamos nossas propostas na área de educação, saúde e agricultura", explica Ketma Carla, integrante do Fórum. Essa estratégia de ampliar o diálogo com a população também será feita em Serra Talhada, com a realização de um debate, no dia 15 de julho.

O Fórum de Salgueiro já discutiu as propostas para o PPA. Uma delas é a criação de conselhos de agricultura, meio ambiente, juventude e idoso. As propostas serão divulgadas em audiência pública, realizada pela Prefeitura, também em julho.



## FIQUE LIGADO!

A proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser enviada à Câmara de Vereadores junto ao Plano Plurianual. Verifique o prazo de entrega do seu município.

É na LDO que se define o percentual de suplementação de crédito, ou seja, o percentual que o Executivo pode remanejar verbas sem autorização prévia da Câmara.



# MIRANDIBA

## Moradores ainda estão desabrigados

Numa parceria com a CODEVASF, a Prefeitura de Mirandiba construiu 50 casas populares para famílias desabrigadas com as chuvas, ocorridas em janeiro e fevereiro de 2004. O curioso é que a vila foi construída em regime de emergência, há um ano e quatro meses. Nem a Prefeitura e nem a CODEVASF entregaram as casas aos moradores. As autoridades da Prefeitura e da CODEVASF sempre alegaram que as casas faltavam os banheiros, água encanada e energia elétrica. No final de maio, os desabrigados fizeram ocupação e o Fórum está propondo no orçamento, recursos destinados ao melhoramento da estrutura da vila.

## Agricultor quer presença de nutricionista na próxima reunião do Fórum

O agricultor José de Anchieta Diniz, membro do Fórum de Orçamento Participativo de Mirandiba, vem questionando, nas freqüentes reuniões, os valores nutritivos de determinados alimentos tirados da caatinga e da agricultura familiar, querendo aprender mais e apresentar experiências vividas. Ele solicitou que o Fórum convidasse a nutricionista da Prefeitura para se fazer presente às reuniões do Fórum. Resta o Fórum agendar data para ouvir essas explicações.

## Prefeitura não atende prioridades do Fórum

No primeiro encontro do Fórum de Orçamento Participativo, em janeiro de 2004, estiveram presentes alguns secretários municipais, entre eles(as), a Secretária de Educação, Maria Aparecida da Conceição. A primeira solicitação feita pelo Fórum foi que a Prefeitura adquirisse refrigeradores para conservar alimentos que estão sendo doados para merenda escolar. Até o momento nenhuma providência foi tomada neste sentido. Sendo assim, muitas escolas estão deixando de receber produtos da agricultura familiar para o complemento da merenda.

Produção:

Fórum de Orçamento Participativo de Mirandiba  
Alexandrina Mariano Nunes (Neném de Afonso)  
Dorivaldo Pereira de Sá (Vavá da Barreira)  
Maria do Socorro Souza (Cacuca)  
Suetone Gomes de Sá (Suetone)

## Fórum promove seminário sobre PPA com presença de autoridades

Em maio, Fórum de Orçamento Participativo de Mirandiba realizou o 1º seminário de orçamento público do município. O tema estudado foi PPA 2006/2009 e teve uma duração de dois dias. O primeiro dia contou com a presença de várias autoridades, entre elas, o Secretário Municipal de Agricultura, Charles Cabral e os Vereadores: Antão Gomes Dantas, Anselmo Rodrigues e Zé Mago. No segundo dia do evento, além da permanência dos vereadores, o Prefeito do município, João Batista Martins, compareceu após a quarta tentativa do Fórum. Na ocasião, ele foi acompanhado pela Secretária de Assistência Social, Laudence Magalhães, o secretário dos Transportes Rodoviários, Tazim e de Infra-estrutura, João Batista de Oliveira. No debate, o Prefeito não atendeu a perspectiva do Fórum, visto que era escutar dele as propostas para o PPA em andamento. O Prefeito disse que ainda não tinha plano algum e só poderia falar do assunto depois de reunir - se com os secretários. Ficou acertado que o Fórum agendará com cada Secretário a data para discutir o plano separadamente e que o Prefeito fará uma audiência Pública antes de enviar ao Legislativo municipal.

## Prefeito consegue aprovar lei que autoriza parceria com OSCIP

O prefeito do município de Mirandiba, João Batista Martins, conseguiu aprovar por maioria simples, o projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a fazer parceria em serviço com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O Fórum não tem conhecimento do tipo de parceria a ser celebrado com essa OSCIP. Pela leitura do projeto, constatamos que os valores autorizados à Prefeitura para fazer repasse giram, em torno, de R\$ 161.000,00 mensais. A bancada da oposição na câmara municipal (composta pelos Vereadores Anselmo Rodrigues, Cícero Cirilo, Osvaldo Tiburtino e Zé Mago) diz que a lei aprovada é uma forma que o Prefeito usa para fugir da obrigatoriedade do concurso público, das obrigações trabalhistas e da lei de licitação, enquanto isso a bancada da situação (composta pelos Vereadores Antão Gomes Dantas, Assisão, Edmar César e João Gome) rebate dizendo que o projeto é de interesse social e a Prefeitura precisa desses serviços para desenvolver suas atividades. A vereadora, Dôra Xavier, que se elegeu pela oposição, desempatou em favor do Projeto.

## Fórum entrega documento ao Ministério Público

A Promotora de Justiça de Mirandiba, Dra. Ângela Márcia Freitas da Cruz, no mês de maio, recebeu uma comissão do Fórum de Orçamento Participativo de Mirandiba. Durante a apresentação, a comissão informou a existência do Fórum no município e a convidou a participar dos debates realizados pelo Fórum. A mesma se colocou a disposição e demonstrou interesse em discutir assuntos importantes como orçamento.

Esses textos foram produzidos por pessoas ligadas às entidades que compõem o Fórum de Orçamento Participativo de Mirandiba. Sendo assim, esses textos, necessariamente, não refletem a opinião do CCLF.

## Vereadores e Secretário de Agricultura participam de capacitação do PPA

Em abril, o Centro de Cultura Luiz Freire realizou a 1ª capacitação com a temática sobre PPA para o Fórum de Orçamento participativo de Miranda. Foram convidados para participar ao evento quatro vereadores e três secretários, apenas um vereador não compareceu. E dos secretários, apenas um se fez presente. O Fórum vai continuar promovendo capacitações e sempre que necessário convidará autoridades da esfera pública para fazer debate.



# SALGUEIRO



Fórum Popular de Orçamento Público

## Fórum quer saber sobre as emendas à Lei Orçamentária Anual 2005

O Fórum Popular de Orçamento Público solicitou, em 2004, da Prefeitura Municipal de Salgueiro a realização de duas audiências com a mesma. A proposta era que na primeira audiência, a Prefeitura apresentasse a LOA/05 e, na segunda, recebesse as propostas do Fórum. Embora a Prefeitura tenha assumido o compromisso de realizá-las, as audiências não aconteceram e as propostas do Fórum não puderam ser inseridas no Projeto de Lei elaborado pelo Poder Executivo.

Mas a luta não parou por aí. As propostas foram encaminhadas para a Câmara de Vereadores, através da Presidenta da Comissão de Finanças e Orçamento Givânia Maria. Ela realizou uma audiência pública em 25/11/04, na qual, além de absorver as propostas do Fórum, o projeto de lei também sofreu mudanças propostas pelos vereadores presentes (Alvinho Patriota, Inácio e a própria Givânia), ficando o conjunto de propostas para serem apresentadas e votadas em plenário.

Conforme Ata da sessão da Câmara de 14/12/04, todas as propostas - do Fórum e dos Vereadores foram aprovadas por unanimidade. No entanto, já não tinham nenhum valor legal, pois o prazo do Projeto retornar ao Executivo já havia expirado (30/11) e, portanto, o Poder Executivo sancionou o Projeto tal como foi encaminhado ao Legislativo.

### Fórum mobiliza Conselhos Municipais para o PPA.

No dia 16/04/05 o Fórum de Orçamento deliberou pela formação de grupos temáticos (Saúde, Educação, Agricultura e meio ambiente, Idosos, Criança e Adolescente) para a construção das propostas da sociedade civil para o PPA (Plano PluriAnual) 2006-2009. Os grupos de trabalho reuniram-se no período de 22/04 a 10/05 com os/as Conselheiros/as Municipais representantes da sociedade civil: Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal de Saúde; Conselho do FUNDEF; Conselho Municipal de Desenvolvimento do Município; Conselho de Direito da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

Foram construídas uma diversidade de ações e criados novos Programas no sentido de contribuir para melhoria da qualidade de



Integrantes do Fórum

O Fórum procurou a Vereadora Givânia, então presidenta da Comissão de Finanças e Orçamento, que segundo ela "Na qualidade de Presidenta da Comissão de Finanças e Orçamento, na época, conduzi e encaminhei todos os processos permitidos por lei que era analisar a Proposta vinda do Executivo, promover a Audiência Pública, ouvir os demais parlamentares e Comissões e fazer as alterações necessárias. Reafirmo: cumpri fielmente o meu papel. O que diz respeito ao papel da Mesa Diretora da Câmara e do Poder Executivo, só eles podem responder. Se houve descaso, não foi da nossa parte", disse a Vereadora.

O Fórum só veio tomar conhecimento de que as propostas não tinham sido inseridas no Projeto ao presenciar aprovações de dotações orçamentárias na Câmara, que faziam parte do conjunto de Emendas que, estávamos supondo, todas aprovadas. Foi a partir daí que fomos procurar saber o que de fato havia acontecido.

Ficam, agora, as perguntas:

*O que aconteceu para as emendas não serem votadas e encaminhadas para o Executivo no prazo?*

*Qual é o real papel do vereador com relação a Mesa Diretora?*

*A Câmara desconhece os prazos legais de tramitação do ciclo Orçamentário ou não dá importância ao que é construído pela sociedade e pelos próprios vereadores?*

Neide Barros, Isabel Alzira e Helena Ferreira

## Transposição

O Projeto da chegada das águas do Rio São Francisco aos municípios que sofrem com a escassez de água e irregularidade de chuvas no Sertão Nordestino é tão antigo quanto a própria seca. Quem sente no corpo e na alma as dificuldades de sobreviver e, mais do que isso, viver nas regiões do semi-árido sabe do significado desta integração.

O Projeto é composto por dois sistemas: O Eixo Norte para atender Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba a partir de Cabrobó; O Eixo Leste para atender Pernambuco, Paraíba a partir do Reservatório de Itaparica. Salgueiro está localizado no Eixo Norte.

O custo total do Projeto é de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões, ou seja, cerca de 50% a mais do que foi gasto pelo Governo Federal no atendimento emergencial na seca de 1998 e 1999. A água será utilizada para abastecimento humano, irrigação, uso animal, criação de peixes e camarão. Sabemos que essa água poderá ter um custo alto, no entanto, para quem vive a seca, a perspectiva de conviver com água a seu alcance faz brotar a esperança de viver e trabalhar com dignidade sem ser expulso de sua terra por não ter como sobreviver.

Os benefícios do Projeto deverão surgir em 2 anos após o início das obras, com o início de operação da primeira parte dos canais e do seu sistema de bombas elevatórias.

Foram realizadas audiências públicas pelo IBAMA em várias cidades para apresentar os impactos positivos e negativos do Projeto e escutar a população. Estão sendo realizadas nas comunidades onde irão passar canal, reuniões para discussão do Projeto.

Socorro Barbosa, Aurellano Ferraz e Helena Ferreira

## CEPAC faz formação dos delegados do OP- SALGUEIRO

O Centro de Educação Professor Antonio Carneiro- CEPAC, realizou em parceria com o CCLF, a formação dos Delegados/as para Orçamento Participativo, em Salgueiro, nos dias 18 e 19 de junho.

Foi um momento muito significativo para as entidades, uma vez que desde 2001, o CEPAC vem coordenando o Fórum Popular de Orçamento Público no município que luta para a democratização e participação da sociedade em todo processo do Ciclo Orçamentário. O OP em Salgueiro significa mais uma conquista da sociedade civil organizada.

O CEPAC ter sido a entidade coordenadora da Formação, em parceria com o CCLF. Isso tem um significado especial por sermos capazes de enfrentar mais este desafio. Não foi fácil, mas todas as avaliações dos Delegados demonstram o êxito no trabalho.

Acreditamos que foi dado início a um processo que só fortalecerá a Administração Municipal, a sociedade civil, a democracia e a cidadania dos/as salgueirenses.

Sônia Oliveira, Lúcia Albuquerque, Carlos Henrique e Socorro Barros.



## ***Pressão em Feira Nova***

O Prefeito Jairo Candido Gonzaga enviou à Câmara de Vereadores o projeto que queria garantir àqueles que exercessem o mandato de prefeito ou de vice por dois mandatos e dois mandatos de vereador deveriam receber uma aposentadoria, no valor de 40% do salário do atual Prefeito.

O projeto foi retirado da Câmara devido à pressão de vários segmentos da sociedade, entre eles, o Fórum da Cidadania de Feira Nova.

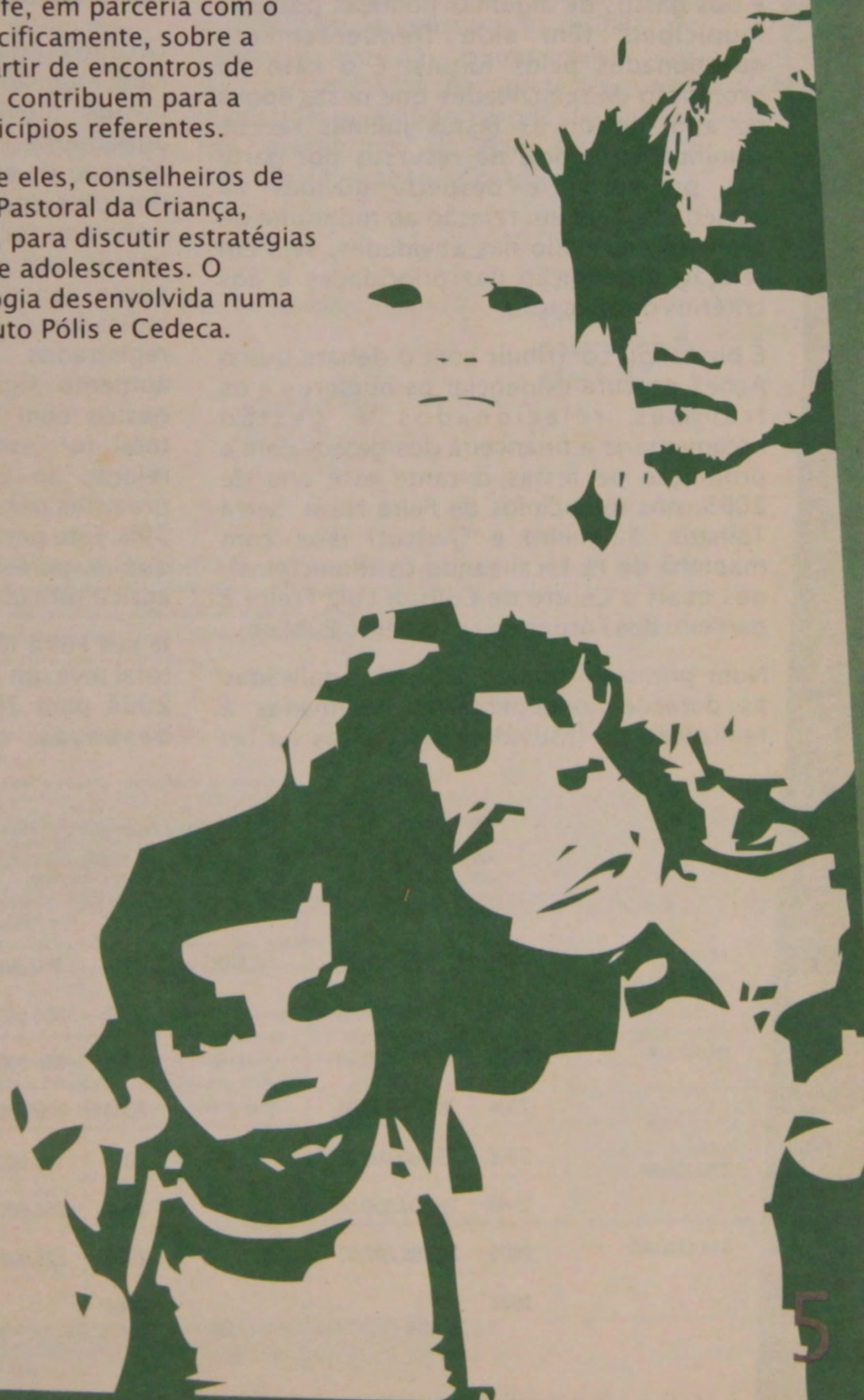
## ***Orçamento Criança e Adolescente***

Conselheiros de Direito das Crianças e Adolescente de Olinda e Recife, em parceria com o Centro de Cultura Luiz Freire, estão qualificando a sua prática, especificamente, sobre a elaboração das peças orçamentárias e execução orçamentária. A partir de encontros de formação, os conselheiros estão verificando se os recursos públicos contribuem para a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes dos municípios referentes.

Em Ouricuri e Serra Talhada, representantes da sociedade civil, entre eles, conselheiros de Direitos e Tutelares da Criança e do Adolescente, Conselho da Paz, Pastoral da Criança, integrantes do Fórum de Orçamento Público se reuniram, em junho, para discutir estratégias no acompanhamento do orçamento municipal destinado a crianças e adolescentes. O próximo passo é o processo de formação, a partir de uma metodologia desenvolvida numa parceria do CCLF, Inesc, Save The Children, Fundação Abrinq, Instituto Pólis e Cedeca.

## **NA IMPRENSA**

O Fórum de Orçamento Público de Salgueiro ocupou espaço na mídia pernambucana. Helena Ferreira, do Cepac, ressaltou a experiência bem sucedida dessa articulação de entidades no Programa Sopa Diário, exibido pela TV Universitária, diariamente, às 12h. Pela primeira vez, na mídia pernambucana, o tema "controle social do orçamento público" foi discutido a partir da ótica da sociedade civil sertaneja.





# Promoção de festividades com dinheiro público: Qual o tamanho da conta?

O debate sobre o controle das contas públicas no Brasil ocupa espaço de destaque no cenário político nacional e, no momento em que denúncias e evidências de mau uso do dinheiro público vêm à tona, o tema passa a ter lugar privilegiado na opinião pública.

Em alguns municípios do interior de Pernambuco, a sociedade civil, articulada em fóruns de democratização do orçamento público, tem promovido iniciativas de controle dos recursos de suas prefeituras, buscando intervir na gestão orçamentária e na ampliação da visibilidade do tema, independente de denúncias de corrupção. Nesse contexto, aspectos do financiamento e dos gastos de algumas políticas públicas municipais têm sido frequentemente questionados pelos fóruns. É o caso da promoção de festividades que nesta época do ano, devido às festas juninas recebe significativo aporte de recursos por parte das prefeituras e desperta dúvidas na sociedade, seja em relação ao montante de dinheiro envolvido nas atividades, seja em relação à definição das prioridades e aos critérios de aplicação.

É buscando contribuir com o debate que o Ação\$ procura evidenciar os números e os trâmites relacionados à gestão orçamentária e financeira dos gastos com a promoção de festas durante este ano de 2005, nos municípios de Feira Nova, Serra Talhada, Salgueiro e Ouricuri (Box com mapinha de PE localizando os municípios), nos quais o Centro de Cultura Luiz Freire é parceiro dos Fóruns de Orçamento Público.

Num primeiro momento foram analisadas as dotações orçamentárias destinadas à realização de festividades previstas na Lei



Foto meramente ilustrativa

Orçamentária Anual (LOA) de 2005 de cada município, comparando-as com os gastos previstos para a política de agricultura, por sua importância na geração de emprego e renda, e com as dotações da LOA 2004. Em Ouricuri os trabalhos focaram ainda a previsão de gastos para a assistência à criança e ao adolescente, devido aos elevados indicadores de violação de direitos registrados. Nesse município houve aumento significativo na previsão de gastos com festas. Apesar da receita total ter aumentado apenas 11% em relação ao ano anterior, as despesas previstas para festividades aumentaram 59%. Este percentual é duas vezes maior que o acréscimo nas dotações para agricultura (28%).

Já em Feira Nova, a previsão da receita total teve um aumento de cerca de 7% de 2004 para 2005. Em contrapartida as despesas com festividades não

aumentaram, permanecendo em 3% do total de receita, percentual bem acima dos 1,83% destinados à agricultura.

No município de Serra Talhada houve diminuição na previsão de verbas para festividades em torno de 64%, comparando-se 2005 com 2004. No entanto, os recursos a serem economizados com festas necessariamente não foram remanejados para prioridades da população, pelo menos não o foram para agricultura que teve redução na estimativa de gastos em 7%.

Em Salgueiro identificou-se um perfil mais adequado da previsão orçamentária para 2005. O percentual de gastos com festividades é o menor entre os quatro municípios (0,9%) e as dotações para agricultura (2,35% do orçamento) representam duas vezes e meia o total de gastos com festas.

MUNICÍPIO	VALOR TOTAL DE RECEITAS PREVISTAS EM 2004 E 2005		PERCENTUAL EVOLUTIVO DE RECEITA EM RELAÇÃO A 2004	VALOR TOTAL PREVISTO PARA DESPESAS COM FESTIVIDADE		PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS DESPESAS COM FESTIVIDADE		PERCENTUAL REFERENTE A EVOLUÇÃO DE DESPESAS COM FESTIVIDADES	VALOR TOTAL DE DESPESAS ALOCADAS NA FUNÇÃO AGRICULTURA		PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS DESPESAS COM A FUNÇÃO AGRICULTURA	
	2005	2004		2005	2004	2005	2004		2005	2004	2005	2004
FEIRA NOVA	2005	10.000.000,00	6,84%	2005	300.000,00	2005	3%	0	2005	183.000,00	2005	1,83%
	2004	9.316.500,00		2004	300.000,00	2004	3,22%		2004	240.000,00	2004	2,57%
OURICURI	2005	31.778.400,00	11%	2005	670.000,00	2005	2,1%	59,59%	2005	1.768.500,00	2005	5,58%
	2004	28.283.800,00		2004	420.000,00	2004	1,48%		2004	1.373.720,00	2004	4,85%
SERRA TALHADA	2005	29.500.000,00	10,7%	2005	155.000,00	2005	0,52%	-64,71%	2005	521.000,00	2005	1,76%
	2004	26.434.500,00		2004	358.000,00	2004	1,35%		2004	558.500,00	2004	2,11%
SALGUEIRO	2005	20.768.000,00		2005	225.000,00	2005	1,1%		2005	561.000,00	2005	1,02%
	2004			2004		2004			2004	561.000,00	2004	



# Prefeituras dificultam acesso à informação

Esses números nos apontaram que os questionamentos feitos nos Fóruns em relação à priorização de recursos para festividades, em detrimento de políticas mais demandadas pela população, como agricultura, podem ser evidenciados nos orçamentos anuais de todos os municípios. Era necessário, então, averiguar como ocorre a execução desses orçamentos (aplicação real do gasto).

O propósito era identificar o grau de prioridade atribuído à execução das despesas com festas em relação aos outros gastos das prefeituras, bem como a gestão dos trâmites administrativos e financeiros correlatos. Para isso, era necessário levantar dados sobre o quanto já foi gasto (empenhado, liquidado e pago) com festividades até maio deste ano (inclusive gastos com cachês de artistas) e quais as fontes de recursos, os critérios utilizados na definição das festividades a serem custeadas, na escolha de atrações artísticas e culturais e na contratação de empresas promotoras de eventos. Buscou-se, ainda, relacionar os mecanismos que as prefeituras usavam para a população definir prioridades e acompanhar a execução desses gastos.

Para isso, foram mantidos contatos telefônicos com secretários de finanças e cultura, além de assessores dos quatro municípios, um questionário foi enviado com perguntas que pretendiam responder as indagações (via fax e correio eletrônico). Durante cerca de um mês esperou-se as respostas, obtendo-se apenas informações parciais do município de Ouricuri.

Apesar de todos confirmarem o recebimento do questionário, sempre foram colocadas dificuldades de ordem burocrática para respondê-lo. "Passei para a menina da administração. Ela não passou? Amanhã, eu passo", disse algumas vezes Maurílio Mendes, secretário de Educação e Cultura de Feira Nova, pasta na qual estão alocados os recursos para gastos com festas.

Em Salgueiro não foi diferente. "Estou muito atarefado com o São João. Quem está providenciando é o setor de comunicação. Vai mandar por e-mail.... Ligue para assessora Ana Neide (coordenadora de orçamento participativo da Secretaria de Governo) que está com ela", tentou explicar João Bria, secretário de indústria, comércio e turismo. Já Ana Neide explica que "até o final da manhã passarei o fax". Dias depois, nada.

Em Serra Talhada, a história se repete. "Tem uma série de informações que não tenho. Tem informações da secretaria de planejamento. Não é fácil. É coisa pública. O secretário de planejamento é quem responde. Isso é muito misturado ainda. Estamos nos organizando. Tem dados que dependem das finanças, planejamento e educação. Mas, fale com João Duque, secretário de planejamento", procurou explicar o responsável pela cultura, Jair Ferraz. João Duque disse que passou para o secretário de finanças, que ficou de enviar as informações no dia seguinte. Contudo, até hoje, nada chegou.

Em Ouricuri, o Diretor de Cultura, Rolando Vila, afirmou que "as perguntas são complicadas. Não posso responder todas. Mas, o que puder, respondo". O diretor disse ainda que as perguntas relacionadas ao orçamento haviam sido encaminhadas para o secretário de finanças Francisco Muniz Coelho Júnior, o que foi reforçado pela tesoureira do município Élvia Alencar Coelho. Já no fechamento desta edição, o diretor de

cultura enviou (por fax parcialmente ilegível) algumas respostas do questionário. Das 12 questões, apenas 03 estavam respondidas, onde o Diretor afirmou que todas as festividades eram custeadas pela Prefeitura, que as dotações estavam locadas na secretaria de finanças (quando sabemos que estão no próprio departamento de cultura) e que a fonte de recursos para festividades era a própria prefeitura. Apesar de várias insistências por parte do Ações, não obtivemos complementação das respostas.

Todo esse investimento do Ações para identificar aspectos da execução financeira de dotações orçamentárias para festividades em municípios pernambucanos, mesmo não obtendo respostas objetivas, teve um resultado significativo: a constatação da falta de interesse em dar transparência aos recursos públicos por parte daqueles que estão ocupando cargos de direção nas prefeituras de Salgueiro, Serra Talhada, Ouricuri e Feira Nova.

Ofício encaminhado pelo CCLF



ATT: Sr. João Bria

O Centro de Cultura Luiz Freire está realizando uma matéria sobre destinação de recursos públicos para festividades a ser publicada no Jornal Ações. Este veículo circula trimestralmente em todo território nacional. Como combinado por telefone, segue abaixo as perguntas necessárias para a elaboração da matéria. Aguardamos as respostas por email ou pelo fax (81) 3429.4881, o mais breve possível. Estamos fechando esta matéria na sexta-feira.

Atenciosamente,

Rosário de Pompeia / Jornalista do Centro de Cultura Luiz Freire

- 1) Qual o grau de prioridade atribuído às festividades em relação às outras ações da prefeitura?
- 2) Quais festividades são custeadas ou apoiadas pela prefeitura?
- 3) Quanto está previsto no orçamento municipal para ser gasto com festividades no exercício de 2005?
- 4) As dotações orçamentárias estão locadas em que secretaria(s)?
- 5) Qual é a fonte de recursos para despesas com festividades?
- 6) Quanto já foi gasto (empenhado, liquidado e pago) com festividades até maio?
- 7) Como se dá a contratação de empresas/promotoras de eventos que organizam as festividades?
- 8) Foram contratadas produtoras de eventos para prestação de serviços para a Prefeitura este ano? Quais?
- 9) Qual o critério para definir as atrações culturais e artísticas das festividades (escolha de bandas, por exemplo)? Quanto foi gasto com cachês de bandas este ano?
- 10) A população define prioridades e acompanha a execução desses gastos?
- 11) Comentários gerais

O Ações continua aberto para publicação de qualquer informação referente ao orçamento público desses municípios.



# O Outro Lado da Moeda

Continuação da página 07

Buscando saber a opinião dos artistas locais, o Ações coletou depoimentos de alguns músicos que já foram contratados pelas prefeituras, mas teve que manter suas identidades em sigilo, uma vez que todos demonstraram receio de retaliações. Um deles informou que qualquer show que se faça para a prefeitura é preciso "ver" o dinheiro antes, senão, corre-se o risco de não receber. Segundo o entrevistado, grande parte dos artistas recebe o dinheiro em espécie, antes da apresentação.

Um músico ressaltou que as prefeituras, geralmente, não pedem notas fiscais aos

artistas, "... só Deus sabe como eles justificam esse gasto". "Com as grandes bandas é mais fácil. Elas são geridas como empresas e é comum aumentar o cachê na hora de colocar o valor da nota. Não tem como comprovarem que o valor é falso devido à falta de tabela de cachê", explica.

Para outro artista, os preços dos shows são muito variados. "Depende de som, local, infra-estrutura. Se for artista local, sabe-se que os custos das apresentações e os cachês costumam ser bem mais baixos". Segundo todos

os entrevistados, uma forma que os artistas locais encontram para poder receber, quando não têm empresa, é pedir nota fiscal a uma empresa de amigos. "Já pediram para que eu colocasse na nota 50% a mais do que eu estava cobrando", afirma um músico contatado pelo Ações.

## VOCE SABIA?

- A contratação de atrações artísticas por prefeituras, como qualquer outra despesa pública, deve passar por dois caminhos: processo licitatório ou a dispensa de licitação. Esse último só deveria ser aplicado em casos de profissionais renomados, consagrados pela mídia. Mas, esse processo foi vulgarizado e hoje se pode observar qualquer banda ser contratada sem processo de licitação.
- Qualquer banda ou artista contratado deve emitir nota fiscal de prestação de serviço.
- Por princípio, o pagamento das despesas não deve ser efetuado antes do show ser realizado. O artista ou a banda pode exigir cópia do empenho.
- O pagamento de despesa pública, por princípio, deve ser feito através de emissão de cheque nominal ao credor.
- O Tribunal de Contas de Pernambuco possui Inspetorias Regionais em Bezerros, Palmares, Surubim, Petrolina, Salgueiro, Arcoverde, Garanhuns. Nesses locais, bem como na sede do Tribunal, no Recife, o cidadão (ã) pode denunciar ou passar informações, indícios ou provas sobre possíveis desvios de recursos públicos, se identificando ou não.

Fonte: Antônio Cabral, Diretor de Controle Municipal do TCE-PE

## EXPEDIENTE

### AÇÕES

Publicação do Centro de Cultura Luiz Freire  
Rua 27 de janeiro, 181  
Carmo, Olinda, PE  
Tel: (81) 3301.5244  
FAX: (81) 3429.4881  
E-mail: comunicacao@cclf.org.br  
Site: www.cclf.org.br

Equipe de produção:  
Ana Nery dos Santos, André Araripe, Fernando Silva e Almir Basio.

Jornalista Responsável:  
Rosário de Pompeia  
(DRT-PE 3061)

Fotografia: Fred Pessoa

Projeto Gráfico:  
COM DESIGN - Paula Valadares

Diagramação:  
Via Design - Projetos de comunicação

Impressão:  
Gráfica J. Luiz Vasconcelos

Tiragem: 3.000 exemplares

Apoio: Fundação Ford e Novib

Publicação

CENTRO  
DE CULTURA  
LUIZ FREIRE

Apoio



Fundação Ford

n(o)vib